

TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas do
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras intermediárias de exercício e período anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 23 de março de 2020 e 15 de maio de 2019, respectivamente. Aqueles auditores submeteram os mesmos procedimentos de revisão sobre os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, e, com base em sua revisão, emitiram relatório sem modificação.

Curitiba, 29 de junho de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/03/2020	31/12/2019	Passivo	Notas	31/03/2020	31/12/2019
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.142	117.019	Circulante			
Contas a receber de clientes	5	62.420	54.846	Fornecedores		21.650	28.434
Estoques		736	702	Empréstimos e financiamentos	12	337.612	261.873
Impostos a recuperar	6	30.583	17.086	Debêntures	13	64.519	49.825
Outros créditos	11	<u>25.997</u>	<u>30.898</u>	Contrato de concessão	14	53.587	53.587
		<u>323.878</u>	<u>220.551</u>	Impostos e contribuições a recolher	17	3.618	3.349
				Dividendos	19	99.481	99.481
				Mútuo com partes relacionadas	10	3.249	3.216
				Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.878	1.878
				Outras obrigações	16	<u>18.547</u>	<u>22.728</u>
Não circulante							
Depósitos judiciais	15	5.168	5.143				
Impostos a recuperar	6	1.732	1.732			<u>604.141</u>	<u>524.371</u>
Contas a receber de clientes	5	5.634	5.634				
Imobilizado	8	1.289.463	1.296.910	Não circulante			
Intangível	9	<u>1.790.130</u>	<u>1.801.697</u>	Fornecedores		4.088	4.088
		<u>3.092.127</u>	<u>3.111.116</u>	Empréstimos e financiamentos	12	178.300	238.150
				Debêntures	13	418.052	416.474
				Contrato de concessão	14	1.887.497	1.868.932
				Parcelamento dos impostos - REFIS	18	6.237	6.679
				Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	9.566	8.669
				Impostos diferidos	7	<u>76.802</u>	<u>56.168</u>
						<u>2.580.542</u>	<u>2.599.160</u>
Patrimônio líquido							
Capital social					19		
Reservas de lucros						109.379	109.379
Lucro líquido (prejuízo) acumulado						98.757	98.757
						<u>23.186</u>	<u>-</u>
						<u>231.322</u>	<u>208.136</u>
						<u>3.416.005</u>	<u>3.331.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/03/2020	31/03/2019
Receita líquida de vendas	22	186.129	152.261
Custo dos serviços prestados	23	<u>(85.425)</u>	<u>(75.011)</u>
Lucro bruto		<u>100.704</u>	<u>77.250</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(362)	(535)
Despesas gerais e administrativas	23	(17.262)	(14.930)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	<u>4.400</u>	<u>1.755</u>
		<u>(13.224)</u>	<u>(13.710)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>87.480</u>	<u>63.540</u>
Receitas financeiras	24	4.059	5.338
Despesas financeiras	24	<u>(56.824)</u>	<u>(71.103)</u>
Resultado financeiro	24	<u>(52.765)</u>	<u>(65.765)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>34.715</u>	<u>(2.225)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	9.105	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	<u>(20.634)</u>	<u>728</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>23.186</u>	<u>(1.497)</u>
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por ação – R\$	21	<u>2,86</u>	<u>(0,18)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido (prejuízo) do período	23.186	(1.497)
Outros resultados abrangentes	<hr/> -	<hr/> -
Resultado abrangente total	<u>23.186</u>	<u>(1.497)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	109.379	10.281	126.269	-	245.929
Prejuízo do período	-	-	-	(1.497)	(1.497)
Saldos em 31 de março de 2019	109.379	10.281	126.269	(1.497)	244.432
 Saldos em 31 de dezembro de 2019	 109.379	 12.639	 86.118	 -	 208.136
Lucro líquido do período	-	-	-	23.186	23.186
Saldos em 31 de março de 2020	109.379	12.639	86.118	23.186	231.322

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	23.186	(1.497)
Ajustes de:		
Depreciações	16.888	9.681
Amortizações	16.656	19.913
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.133	4.239
Provisão juros sobre empréstimos	6.557	11.905
Provisão juros sobre mútuo	33	-
Provisão juros debêntures	14.694	13.834
Provisão juros arrendamento	106	92
Amortização custo de captação debêntures	1.578	1.858
Provisão juros contrato de concessão	32.205	39.179
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	346	188
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	897	628
Recuperação de créditos tributários	(13.503)	-
Imposto de renda diferido	<u>20.634</u>	<u>(728)</u>
	<u>121.410</u>	<u>99.292</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(7.920)	(8.006)
Estoques	(34)	(18)
Outros créditos	4.901	(4.577)
Partes relacionadas	-	1.462
Outros ativos circulantes e não circulantes	(19)	(1.339)
Fornecedores	(9.095)	(27.830)
Impostos e contribuições a recolher	1.272	(2.442)
Outros passivos circulantes e não circulantes	<u>(4.623)</u>	<u>(4.650)</u>
	<u>105.892</u>	<u>51.892</u>
Impostos sobre o lucro pagos	<u>(1.003)</u>	<u>(15.138)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>104.889</u>	<u>36.754</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(3.904)	(2.328)
Adições de imobilizado	<u>(9.448)</u>	<u>(65.894)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(13.352)</u>	<u>(68.222)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	95.000	-
Pagamentos de empréstimos (principal)	(72.500)	(17)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	(11.481)	(11.376)
Pagamentos de arrendamento	(1.793)	(1.090)
Pagamentos contrato de concessão	<u>(13.640)</u>	<u>(11.061)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(4.414)</u>	<u>(23.544)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>87.123</u>	<u>(55.012)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	117.019	252.038
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>204.142</u>	<u>197.026</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>87.123</u>	<u>(55.012)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Demonstrações do valor adicionado		
Receitas (1)	201.289	164.640
Venda de mercadorias, produtos e serviços	149.179	120.062
Outras receitas	52.857	44.766
Comissões e descontos	(401)	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(346)	(188)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	(41.874)	(38.247)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.967)	(16.646)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.177)	(21.601)
Outras	270	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	159.415	126.393
Depreciação e amortização (4)	(33.544)	(29.594)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	125.871	96.799
Valor adicionado recebido em transferências (6)	8.460	7.092
Receitas financeiras	4.059	5.337
Outras	4.401	1.755
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	134.331	103.892
Distribuição do valor adicionado	134.331	103.892
Pessoal	27.007	22.426
Remuneração direta	18.143	16.699
Benefícios	7.856	4.925
F.G.T.S.	1.008	802
Impostos, taxas e contribuições	27.313	11.860
Federais	404	7.407
Impostos diferidos	20.634	(728)
Estaduais	9	22
Municipais	6.266	5.160
Remuneração de capitais de terceiros	56.825	71.102
Juros e custo das debêntures	55.675	66.866
Variações cambiais	-	140
Outras	1.150	4.096
Remuneração de capitais próprios	23.186	(1.497)
Lucros retidos (prejuízo) do período	23.186	(1.497)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de concessão do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 2019.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e está apta a cumprir todas as obrigações no período findo em 31 de março de 2020.

2 Base de preparação (declaração de conformidade)

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de junho de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2020 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que, consequentemente, devem ser lidas em conjunto.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3.921	3.912
Aplicações financeiras		
Banco Santander	23.091	39.160
Banco Itau (i)	148.176	42.912
Banco Bradesco	2.728	5.020
Banco Paraná	10.170	10.087
Caixa Econômica Federal	5.918	5.870
Banco CCB	10.138	10.058
	<hr/> 204.142	<hr/> 117.019

(i) O aumento nas aplicações do Banco Itaú tem origem na captação dos empréstimos junto aos Banco ICBC (R\$ 45.000) e Banco BNP (R\$ 50.025) contratados em março de 2020.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário e compromissadas de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 89,96% a 101% em 31 de março de 2020 (90 a 101% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

5 Contas a receber de clientes

	31/03/2020	31/12/2019
Clientes	48.762	45.878
Serviços prestados e não faturados	20.442	15.407
Outros	51	51
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(1.201)</u>	<u>(856)</u>
	68.054	60.480
Parcela no circulante	62.420	54.846
Parcela no não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de março de 2020 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (45% em 31 de dezembro de 2019) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	46.907	44.786
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	8.791	5.534
De 31 a 90 dias	3.210	2.114
De 91 a 180 dias	2.007	651
Acima de 180 dias	<u>8.340</u>	<u>8.251</u>
Total	69.255	61.336

Os valores apresentados na provisão representam o valor imparcial da probabilidade avaliada pela Companhia de que seus recebíveis, considerando um intervalo de resultados possíveis e as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

Em 31 de março de 2020 a provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 1.201 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do período / exercício	(856)	(448)
Constituição de provisão	(349)	(523)
Reversão de provisão	4	115
 Saldo no final do período / exercício	 (1.201)	 (856)

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante totalizam R\$ 5.634 em 31 de março de 2020 (R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2019) e estão em fase de cobrança judicial.

6 Impostos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão IR sobre aplicações	989	995
INSS a recuperar	904	904
ISS a recuperar	1.732	1.732
Pis a compensar	3.098	2.697
Cofins a compensar	14.270	12.424
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	11.256	-
Outros impostos a recuperar	66	66
 32.315	 18.818	
Parcela no circulante	30.583	17.086
Parcela no não circulante	1.732	1.732

(i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre a base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio, diferenças entre as taxas de depreciação para fins contábeis e tributários, juros capitalizados sobre as obras em andamento e custo de captação dos empréstimos. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.566	8.669
Provisão perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.201	856
Outras diferenças temporárias	430	524
Prejuízo fiscal	<u>40.359</u>	<u>-</u>
	<u>51.556</u>	<u>10.049</u>
Alíquota	34%	34%
Total Imposto diferido ativo	<u>17.529</u>	<u>3.417</u>
Amortização do ágio	(139.877)	(141.103)
Juros capitalizados	(32.904)	(33.399)
Diferença taxa depreciação	(104.043)	-
Custo de captação de empréstimo	<u>(618)</u>	<u>(748)</u>
Diferença taxa depreciação	<u>(277.442)</u>	<u>(175.250)</u>
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	<u>(94.331)</u>	<u>(59.585)</u>
Total líquido	<u>(76.802)</u>	<u>(56.168)</u>

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	31/03/2020	31/03/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	34.715	34.715	(2.225)	(2.225)
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Tributos	(8.679)	(3.124)	556	200
Adições permanentes	(18)	(7)	(20)	(8)
Outros	(85)	378	-	-
Diferença de alíquota	6	-	-	-
Total de tributos lançados ao resultado	<u>(8.776)</u>	<u>(2.753)</u>	<u>536</u>	<u>192</u>
Alíquota efetiva	<u>25%</u>	<u>8%</u>	<u>24%</u>	<u>9%</u>
Tributos correntes	6.397	2.708	-	-
Tributos diferidos	(15.173)	(5.461)	536	192

8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante o período de 3 meses findo em 31 de março de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram como segue:

Vida útil	25 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos	Imobilizado em andamento		Total
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso		
Custo									
Saldo em 31/12/2018	517.199	335.807	4.758	21.313	3.940	18.716	-	558.785	1.460.518
Aquisições	11.566	27.884	174	4.085	-	22.172	9.568	163.681	239.130
Baixas	(15)	(4.089)	-	-	(2.389)	(19.500)	(803)	-	(26.796)
Transferências	659.096	50.353	-	6.186	-	-	-	(715.635)	-
Saldo em 31/12/2019	1.187.846	409.955	4.932	31.584	1.551	21.388	8.765	6.831	1.672.852
Aquisições	3.205	3.336	38	625	-	-	-	3.370	10.574
Baixas	(1)	(1.316)	-	-	(522)	(243)	-	(14)	(2.096)
Transferências	(30)	1.158	-	-	-	-	-	(1.128)	-
Saldo em 31/03/2020	1.191.020	413.133	4.970	32.209	1.029	21.145	8.765	9.059	1.681.330
Depreciação									
Saldo em 31/12/2018	(143.702)	(173.891)	(2.711)	(12.914)	(2.359)	(24)	-	-	(335.601)
Depreciação	(15.913)	(19.489)	(361)	(3.639)	(315)	(3)	(4.481)	-	(44.201)
Baixas	2	2.231	-	-	1.383	-	244	-	3.860
Saldo em 31/12/2019	(159.613)	(191.149)	(3.072)	(16.553)	(1.291)	(27)	(4.237)	-	(375.942)
Depreciação	(8.506)	(5.608)	(91)	(1.144)	(15)	-	(1.524)	-	(16.888)
Baixas	1	668	-	-	294	-	-	-	963
Saldo em 31/03/2020	(168.118)	(196.089)	(3.163)	(17.697)	(1.012)	(27)	(5.761)	-	(391.867)
Saldo em 31/03/2020	1.022.902	217.044	1.807	14.512	17	21.118	3.004	9.059	1.289.463
Saldo em 31/12/2019	1.028.233	218.806	1.860	15.031	260	21.361	4.528	6.831	1.296.910

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Taxa média anual - %

Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

9 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2018	103.915	5.987	2.112.411	159.503	2.381.816
Aquisições	<u>15.462</u>	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.502</u>
Saldo em 31/12/2019	119.377	6.027	2.112.411	159.503	2.397.318
Aquisições	<u>5.089</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.089</u>
Saldo em 31/03/2020	124.466	6.027	2.112.411	159.503	2.402.407
Amortização					
Saldo em 31/12/2018	(51.143)	(2.843)	(454.763)	(13.497)	(522.246)
Amortização	<u>(19.345)</u>	<u>(217)</u>	<u>(48.905)</u>	<u>(4.908)</u>	<u>(73.375)</u>
Saldo em 31/12/2019	(70.488)	(3.060)	(503.668)	(18.405)	(595.621)
Amortização	<u>(5.109)</u>	<u>(54)</u>	<u>(10.267)</u>	<u>(1.226)</u>	<u>(16.656)</u>
Saldo em 31/03/2020	(75.597)	(3.114)	(513.935)	(19.631)	(612.277)
Saldo em 31/03/2020	48.869	2.913	1.598.476	139.872	1.790.130
Saldo em 31/12/2019	48.889	2.967	1.608.743	141.098	1.801.697

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o Ágio), quando aplicável são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10 Partes relacionadas

Passivo Mútuo		
	31/03/2020	31/12/2019
TCP Participações (a)	3.249	3.216
	<u>3.249</u>	<u>3.216</u>

- (a) Em abril de 2019 a Companhia efetuou contrato de mútuo com a sua Controladora TCP Participações S.A. no valor de R\$ 3.100. Sobre os valores do mútuo incide a taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de spread de 1% ao ano.

No período de três meses findo em 31 de março de 2020, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 1.011 (R\$ 653 em 31 de março de 2019). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

11 Outros créditos

	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamentos fornecedores	3.521	4.025
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	8.841	11.856
Crédito a receber por quebra de condicionantes	2.572	2.342
Seguros	9.858	11.650
Outros créditos	<u>1.205</u>	<u>1.025</u>
	25.997	30.898

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas. No período findo em 31 de março de 2020 foram recebidos R\$ 9.315 (R\$ 9.643 em 31 de dezembro de 2019).

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/03/2020	31/12/2019
Nota de Crédito à Exportação	CDI +1,15% a 2,10%	513.071	495.495
Arrendamento	9,87%	<u>2.841</u>	<u>4.528</u>
		<u>515.912</u>	<u>500.023</u>
Parcela no circulante		337.612	261.873
Parcela no não circulante		178.300	238.150

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2022	59.434
2023	59.433
2024	<u>59.433</u>
Total	<u>178.300</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	500.023	648.336
Captação empréstimos	95.000	9.568
Juros sobre empréstimo e arrendamentos	6.663	40.219
(-) Amortização da dívida	(74.293)	(155.341)
(-) Juros pagos (i)	<u>(11.481)</u>	<u>(42.759)</u>
Saldo final	515.912	500.023

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. A referida obrigação possui covenants mensurados anualmente relativos a:

- Endividamento financeiro líquido / EBITDA < ou = 3,5 para 2018 e 3 para 2019;
- Índice de cobertura de juros = > a 1,75, em 2018 e 2 a partir de 2019;
- Pagamento de dividendos ou JSCP não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.

No período de três meses findo em 31 de março de 2020 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

13 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 1 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures 1ª série	CDI + 3,40%	16,16% a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI + 3,90%	15,74% a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA + 7,82%	14,66% a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			196.581	180.309
Juros pagos			(104.181)	(104.181)
Total captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			<u>545.809</u>	<u>545.809</u>
Total juros e custos apropriados			232.632	216.360
Juros pagos			(135.775)	(135.775)
Amortização			<u>(160.095)</u>	<u>(160.095)</u>
Saldo líquido atual			<u>482.571</u>	<u>466.299</u>
Parcela no circulante			64.519	49.825
Parcela no não circulante			418.052	416.474

Em 17 de maio de 2018 a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1^a série com vencimento original para 15 de outubro de 2019, valor pago de R\$ 101.829 e 2^a série com vencimento originais para 15 de outubro de 2020 e 15 de outubro de 2021, valor pago de R\$ 62.069 da 1^a emissão de debêntures da emissora, conforme comunicado oficial emitido no dia 17 de abril de 2018.

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2021	132.373
2022	<u>285.679</u>
Total	<u>418.052</u>

Os covenants vinculados as debêntures, medidos com periodicidade trimestral com base nas informações financeiras intermediárias arquivadas na CVM, estão demonstrados a seguir:

- **Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$ 50.000.
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:
 - (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
 - (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
 - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 31 de março de 2018; ou
 - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

No período foram reconhecidos R\$ 14.694 (R\$ 13.834 em 31 de março de 2019) referente a juros sobre as debêntures e R\$ 1.578 (R\$ 1.859 em 31 de março de 2019) referente à amortização de custo de captação no resultado do exercício.

14 Contrato de concessão

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de concessão de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retroárea, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorroga o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e temos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

De acordo com o Termo de Aceitação Definitiva da Obra de Expansão, emitido em 7 de agosto de 2019 a obra foi concluída antecipadamente fazendo jus a bonificação conforme Cláusula 20^a do Contrato.

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	31/03/2020	31/12/2019
Parcelas fixas	439.946	443.771
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	<u>1.501.138</u>	<u>1.478.748</u>
Total	1.941.084	1.922.519
Parcela no circulante	53.587	53.587
Parcela no não circulante	1.887.497	1.868.932

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R\$ 3.825 e R\$ 9.815 (R\$ 2.509 e R\$ 8.552 em 31 de março de 2019) respectivamente, totalizando um desembolso de R\$ 13.640 (R\$ 11.061 em 31 de março de 2019). Os juros apropriados no período findo em 31 de março de 2020 foram R\$ 32.205 (R\$ 39.179 em 31 de março de 2019).

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2021	53.587
2022	53.587
2023	53.587
2024	54.962
2025	54.962
2026 a 2030	274.808
2031 a 2035	300.576
2036 a 2040	359.540
2041 a 2045	409.980
2046 a 2048	<u>271.908</u>
Total	1.887.497

b. Intangível

Em 31 de março de 2020, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R\$ 1.598.476 sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 513.935 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o período findo em 31 de março de 2020, foi de R\$ 10.267 (R\$ 13.930 em 31 de março de 2019), e encontra-se registrada sob a rubrica de custos e serviços prestados, nas demonstrações dos resultados dos períodos.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Tributários	1.824	-	-	1.824
Trabalhistas	6.839	897	-	7.736
Cíveis	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>8.669</u>	<u>897</u>	<u>-</u>	<u>9.566</u>
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Tributários	5.819	478	-	6.297
Trabalhistas	5.100	150	-	5.250
Cíveis	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>10.925</u>	<u>628</u>	<u>-</u>	<u>11.553</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo.

Em 31 de março de 2020, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 162.845 (R\$ 157.879 em 31 de dezembro de 2019), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/03/2020	31/12/2019
Tributárias	136.645	131.878
Trabalhistas	17.379	17.159
Cíveis	7.513	7.536
Outras	<u>1.308</u>	<u>1.306</u>
	<u>162.845</u>	<u>157.879</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Concessão (exercícios sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Concessão possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Trabalhista	3.542	25	-	3.567
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	<hr/> 5.143	<hr/> 25	<hr/> -	<hr/> 5.168
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Trabalhista	2.999	795	(160)	3.634
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	<hr/> 4.600	<hr/> 795	<hr/> (160)	<hr/> 5.235

16 Outras obrigações

	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamentos de clientes	2.037	2.247
Provisão de bônus	2.544	7.495
Salários a pagar	2.743	3.112
Provisão de férias e 13º	6.909	5.818
Outras obrigações trabalhistas	4.257	4.016
Outras obrigações	<hr/> 57	<hr/> 40
	18.547	22.728

17 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2020	31/12/2019
Contribuição social	-	385
Imposto de renda	-	618
ISS	2.290	2.060
PIS e COFINS	17	24
Outros impostos a recolher	<hr/> 1.311	<hr/> 262
	3.618	3.349

18 Parcelamento dos impostos – REFIS

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Atualização monetária	Amortizações	31/03/2020
REFIS	8.557	401	(843)	8.115

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2021	1.449
2022	1.610
2023	1.611
2024	1.567
Total	6.237

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social autorizado é de R\$ 109.379, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 47.168, o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 11.202.

20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de março de 2020, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2020 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Fator de risco	Risco	Saldo 31/03/2020	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
			Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Ativos						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	200.221	(499)	499	(999)	999
Passivo						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	513.071	1.280	(1.280)	2.560	(2.560)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	482.571	84	(84)	169	(169)
Posição líquida/ Impacto líquido						
		795.421	865	(865)	1.730	(1.730)
Taxas de CDI utilizada - %		1,00%	0,75%	1,25%	0,50%	1,50%
Taxas de IPCA utilizada - %		0,07%	0,05%	0,09%	0,04%	0,11%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são como segue. O valor técnico se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	204.142	117.019
Contas a receber de clientes (nota 5)	68.054	60.480
	<hr/>	<hr/>
	272.196	177.499
Passivos financeiros		
Fornecedores	25.738	32.522
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	515.912	500.023
Debêntures (nota 12)	482.571	466.299
Contrato de concessão (Nota 13)	1.941.084	1.922.519
	<hr/>	<hr/>
	2.965.305	2.921.363

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de março de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

c. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

d. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para enfocar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de março de 2020					
Contrato de concessão (nota 13)	53.587	107.174	163.510	1.616.813	1.941.084
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	337.612	59.434	118.866	-	515.912
Debêntures (nota 12)	64.519	418.052		-	482.571
Fornecedores	21.650	2.725	1.363	-	25.738
Em 31 de dezembro de 2019					
Contrato de concessão (nota 13)	53.587	104.019	156.227	1.608.686	1.922.519
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	261.873	118.150	120.000	-	500.023
Debêntures (nota 12)	49.825	130.795	285.679	-	466.299
Fornecedores	28.434	2.725	1.363	-	32.522

e. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	31/03/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	515.912	500.023
Debêntures (nota 12)	482.571	466.299
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(204.142)</u>	<u>(117.019)</u>
 Dívida líquida	 794.341	 849.303
Patrimônio líquido (nota 18)	231.322	208.136
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.025.663</u>	<u>1.057.439</u>
 Quociente de alavancagem	 77%	 80%

21 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Em 31 de março de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação:

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido (prejuízo) do período (3 meses)	23.186	(1.497)
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
 Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	 <u>2,86</u>	 <u>(0,18)</u>

22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019:

	31/03/2020	31/03/2019
Operações de cais	101.586	84.844
Armazenagem	47.994	35.403
Outros	<u>52.857</u>	<u>44.766</u>
 Total da receita bruta	 <u>202.437</u>	 <u>165.013</u>
 Deduções da receita:		
Impostos federais	(9.510)	(7.407)
Impostos municipais	(6.266)	(5.160)
Descontos	(401)	-
Cancelamento de serviços prestados	<u>(131)</u>	<u>(185)</u>
 Total das deduções	 <u>(16.308)</u>	 <u>(12.752)</u>
 Receita operacional líquida	 <u>186.129</u>	 <u>152.261</u>

23 Custos e despesas operacionais por natureza

	31/03/2020	31/03/2019
Custos dos serviços prestados	(85.425)	(75.011)
Despesas com vendas	(362)	(535)
Despesas administrativas	<u>(17.262)</u>	<u>(14.930)</u>
 Total dos custos e despesas	 <u>(103.049)</u>	 <u>(90.476)</u>
 Despesas por natureza:		
Custos operacionais	(16.976)	(16.646)
Despesas gerais	(8.663)	(7.955)
Amortizações e depreciações	(33.544)	(29.594)
Despesas com pessoal	(27.006)	(22.426)
Despesas com combustível	(3.119)	(2.719)
Despesas com manutenção	(6.212)	(4.380)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(346)	(188)
Energia elétrica	<u>(7.183)</u>	<u>(6.568)</u>
 Total dos custos e despesas	 <u>(103.049)</u>	 <u>(90.476)</u>

24 Resultado financeiro

	31/03/2020	31/03/2019
Despesas financeiras		
Variação monetária contrato da concessão	(32.981)	(39.549)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(216)	(2.512)
Juros s/ empréstimos	(6.275)	(11.905)
Juros s/ debêntures	(14.694)	(13.834)
Juros s/ mútuo	(41)	-
Variação cambial / monetária	-	(141)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(61)	(248)
Custo das debêntures e juros	(1.858)	(1.858)
Juros leasing – direito de uso	(106)	(92)
Outras	<u>(592)</u>	<u>(964)</u>
 Total	 <u>(56.824)</u>	 <u>(71.103)</u>
 Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.089	3.199
Atualização monetária de créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	1.916	-
Juros recebidos	19	34
Variação monetária contrato da concessão	769	-
Juros ativos	-	2.078
Juros s/ mútuo	-	20
Outras	<u>266</u>	<u>7</u>
 Total	 <u>4.059</u>	 <u>5.338</u>
 Resultado financeiro		
	<u>(52.765)</u>	<u>(65.765)</u>

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2020	31/03/2019
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	9.335	2.412
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(897)	(627)
Crédito Pis-Cofins	521	-
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	-	71
Baixa de ativo imobilizado	(632)	(294)
Outras	73	193
Acordo trabalhista OGMO (1)	(4.000)	-
	4.400	1.755

(1) Refere-se a cobrança referente ao rateio parcial de processos findados e despesas jurídicas, adequados aos conceitos aprovados pelos representantes do OGMO/Paranaguá e TCP, após as reuniões realizadas, inclusive nos termos da AGE Extraordinária Conjunta OGMO e Sindop iniciada em 07/03/2013 e concluída em 13/08/2013, Ata de AGE conjunta Sindop e OGMO, realizada em 22/08/2013, e conforme acordado em AGE realizada em 27/03/2018.

26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$ 25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 22.600 para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 210.000, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis à prazo no montante de R\$ 1.185 (R\$ 739 em 31 de março de 2019);
- Aquisição de ativos imobilizados à prazo no montante de R\$ 1.126 (R\$ 16.855 em 31 de março de 2019);
- Reconhecimento de créditos tributário, líquidos no montante de R\$ 13.503 (R\$ 0 em 31 de março de 2019) com contrapartida no resultado; e
- Reconhecimento da adoção inicial do CPC 06 (R2) no primeiro trimestre de 2019 no montante de R\$ 4.528.

28 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não será impactada significativamente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, até o momento nenhuma ação mais significativa foi necessária.

* * *